AS DELEGACIAS DE POLÍCIA E SUA TRANSFORMAÇÃO EM CADEIAS PÚBLICAS: OS RESULTADOS DA DEFICIÊNCIA ESTRUTURAL E DE RECURSOS

Victória Santana Santos

Resumo
O presente trabalho tem como foco uma análise das delegacias de polícia e sua vestimenta de cadeias públicas em razão das deficiências estruturais e de recursos na contenção de presos provisórios em municípios do interior do estado da Bahia, com o objetivo de determinar a situação desses estabelecimentos e as razões e soluções cabíveis à seu estado de funcionamento; discussão que ganha importância ao se pensar num sistema prisional mais coerente com sua proposta normatizada e que respeita os direitos daqueles que são submetidos a si mesmo. O seguinte artigo diz respeito a uma pesquisa bibliográfica e será desenvolvido a partir de material já elaborado - relatório de pesquisa com dados estatísticos quanto às condições desses locais no interior baiano -; obras que tenham relação com o encarceramento penal e artigos científicos com direcionamento mais específico à temática. Constatou-se a fragilidade na contenção de presos em estabelecimentos provisórios, sendo mantidos além do determinado em lei específica e até após julgamento e determinação da pena em delegacias policiais, que peçam em estrutura e recursos para seu atendimento. Dessa maneira, atestar as péssimas condições de encarceramento e desvio de funções dos estabelecimentos punitivos levam à reflexão do aparelho normativo penal e de Direitos Humanos, como à análise da deficiência econômica e estrutural dos serviços que o mesmo articula.

Palavras-chave: Delegacia; Cadeia Pública; Estrutura; Recursos.

Abstract
The present work focuses on an analysis of the police stations and their dress of public jails due to the structural deficiencies and resources in the containment of provisional prisoners in municipalities of the interior of the state of Bahia, with the objective of determining the situation of these establishments and the reasons and solutions applicable to its state of operation; a discussion that gains importance when thinking about a prison system more coherent with its normative proposal and that respects the rights of those who are submitted to it. The following article concerns a bibliographical research and will be developed from material already elaborated - research report with statistical data on the conditions of these places in the interior of Bahia -; works related to criminal incarceration and scientific articles with more specific targeting thematic. It was verified the fragility in the containment of prisoners in provisional establishments, being maintained beyond the determined in specific law and until after judgment and determination of the sentence in police stations, that ask in structure and resources for their attendance. In this way, testifying to the terrible conditions of imprisonment and misuse of functions of the punitive establishments lead to the reflection of the normative criminal and human rights apparatus, as well as to the analysis of the economic and structural deficiency of the services that it articulates.

Keywords: Police station; Public Chain; Structure; Resources.

Introdução
A temática do seguinte artigo tratará das Delegacias Policiais e sua transformação em Cadeias Públicas em face da deficiência estrutural e de recursos no interior baiano. Sua importância se justifica na observação da situação dos estabelecimentos prisionais dessa região, em sua maioria, superlotados e com a quebra dos procedimentos padrões de encarceramento e perpetuação dos Direitos Humanos na esfera penal, com a óbvia necessidade de mais vagas para presos permanentes em suas instituições correspondentes, utilizando-se das provisórias para seu suprimento.

O presente trabalho consistirá em uma produção de Pesquisa Bibliográfica, realizada com base nos seguintes materiais: Pesquisa e Extensão Universitária da UNIAGES – denominada Projeto Integrador – com campo de observação as Delegacias de Polícia, obras que façam ligações com o encarceramento penal, artigos científicos, monografia e legislação equivalente. A metodologia se caracterizando como uma análise estruturada dos dados pesquisados na realidade social e o confronto com a teoria vigente e padrões estabelecidos no aparelho normativo que regem as instituições prisionais no Brasil.

O Projeto Integrador é pesquisa de campo realizada por acadêmicos do curso de Direito da Instituição mencionada sob orientação de um professor competente, no qual há a criação de um roteiro de pesquisa, estabelecimento de obje-

Bacharelanda em Direito, 7º Período, UniAGES

E-mail: victoriasantana2711@hotmail.com
ativos e estruturação dos instrumentos para obtenção de informações e materiais. Nele, com a visita realizada à Delegacia Policial de Paripiranga – município do interior do Estado da Bahia – constatou-se uma realidade incoerente à necessária para o estabelecimento de atendimento, apontando uma série de erros e descumprimentos às Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiro/ONU, à Lei de Execuções Penais Brasileira e às normas do Código Processual Penal.

As obras instrumentalizadas são formadas pelo livro “Direitos humanos, sistema prisional e alternativas à privação de liberdade” do Doutor em Direito Rogério Greco, produzindo um aparato histórico e evolutivo do sistema prisional, demonstrando suas finalidades, sucessos e fracassos, incoerências, inconstitucionalidade de suas ações, espécies de penas e alternativas diversas à privação de liberdade; pelo livro “Vigiar e Punitir” do filósofo Michel Foucault, com um estudo também histórico do surgimento, desenvolvimento e transformações das técnicas de coação, punição e encarceramento criminal, e uma visão mais atual da esfera “cárcere”, englobando diferentes profissionais, como médicos e psicólogos, além do policial e carcerário.

Será utilizada também a produção “O que a Lei de Execução Penal prevê versus o que a realidade do sistema prisional permite: Um estudo de caso na 13ª subdivisão policial do Estado do Paraná”, de custódia de João Manoel Garcia Alon- so Filho (PMPR) e Marcelo Justus dos Santos (UEPG), com a análise da custódia de presos pela Polícia Civil, superlotação das Cadeias Púlicas e demais problemas inerentes a essas instituições por pontos de vista de diferentes agentes da área penal carcerária, da obra acadêmica “Formulação e Gestão de Políticas Públicas no Paraná: Reflexões, Experiências e Contribuições”; e a monografia de conclusão do Curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVAL), da graduanda Marcella Ferreira, intitulada “A deficiência estrutural dos presídios e penitenciárias brasileiras como fator de obstrução do processo de ressocialização do preso”, trazendo a evolução histórica da pena privativa de liberdade, sua aplicação no sistema penal brasileiro e as deficiências que o mesmo encontra.

O objetivo geral dessa Pesquisa Bibliográfica foi analisar e desvendar as razões que levam às transformações estruturais e de funcionamento nos estabelecimentos de privação de liberdade, com foco nos de presos temporários – Delegacias de Polícia e Cadeias Púlicas – nos municípios interiores da Bahia, com ênfase em Paripiranga. Em específico, permitir uma reflexão mais objetiva quanto ao mencionado problema e às soluções cabíveis tendo em vista fatores políticos, sociais, culturais e económico da área de análise.

A dignidade da pessoa humana e seu descumprimento no sistema penal

A pena privativa de liberdade é em princípio uma infindora dos Direitos Humanos, retirando do indivíduo um dos seus mais importantes Direitos Fundamentais: a liberdade. Partindo desse pressuposto e o de maior visibilidade e busca por efetividade da dignidade da pessoa humana em todas as esferas sociais e em ordem global, se faz necessário que os agentes responsáveis pela aplicação desta pena sejam adequadamente protegidos e devidos aos direitos dos presos – que não se extinguem após a condenação do agente.

O ordenamento penal brasileiro vigente explicita na Lei de Execução Penal, nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que os presos terão assistência material (alimentação, vestuário e instalações higiénicas), à saúde (atendimento médico, farmacêutico e odontológico), jurídica (Defensoria Pública), educacional (instituição escolar e formação profissional), social (ressocialização) e religiosa (liberdade e local apropriado para culto) em artigo 11.²

Entretanto, a realidade está longe de alcançar a teoria, o que se vê é uma série de abusos a esses direitos e garantias nas instituições prisionais, sejam elas permanentes, como as penitenciárias, ou provisórias, como as cadeias públicas; falta estrutura, recursos e atendimento especializado. Alfonso Filho e Marcelo Justus bem pontuam tal problema em seu estudo de caso em delegacia:

Em cadeias superlotadas, o preso encontra os mais variados estímulos ao crime pela ausência de condições mínimas necessárias à permanência digna da pessoa humana. Em muitos casos, a completa precariedade faz do ambiente escola do crime. Faltam condições materiais e humanas, não há separação de presos conforme o crime cometido, periculosidade ou mesmo por idade. Esse, dessa forma, o conteúdo educativo da pena.²

A vida carcerária é um exemplo de prática ilegal realizada pelas mãos do próprio Estado, ao estabelece-la como correção a uma conduta de quebra contratual em sociedade – a ação criminal – e transformando-a em um arcabouço de diversos comportamentos ilegais. Nas instituições privativas de liberdade, não só a dignidade da pessoa humana e os outros direitos inerentes a ela são deixados de lado, como estimulam a violência física e psicológico no âmbito interno desses estabelecimentos, a reincidência e a descrença no sistema punitivo. Abusos que se estendem além dos detentos e que afetam familiares e amigos dos mesmos, ao propiciar o afastamento cada vez maior entre o preso e a vida fora das grades. O Estado age como um aparelho punitivo que não se resume à prática pré-estabelecida para o sistema penal, mas com uma fúria maior do que a necessária pelo fato do criminoso representar a quebra da ordem jurídica. Quanto a esse comportamento, Rogério Greco afirma:

O Estado deixa de observar o princípio da dignidade da pessoa humana seja fazendo ou mesmo deixando de fazer algo para preservá-la. O sistema carcerário, nosso tema principal, é um exemplo clássico desse raciocínio. Veja-se o que ocorre, em inúmeras penitenciárias brasileiras, onde presos são espancados por seus pró-

²Lei de Execução Penal, art. 11.

prios companheiros de cela e o Estado (representado, ali, por seus agentes públicos), que deveria protegê-los, nada faz para evitar esse espmamento, pois, no fundo, aprova que os presos se agrimam, ou mesmo causem a morte uns dos outros.¹

Analisando o observado, não se pode manter a crença no caráter de ressocialização que, a priori, está imposto nas penas privativas de liberdade. A desobediência ao princípio da dignidade da pessoa humana, principalmente pelo Estado, é a maior prova da impossibilidade de se alcançar o objetivo de reeducar o preso para a sociedade, o que parece inofensivo, mas se configura como um problema que afeta diversos aspectos sociais e contribui para o aumento da criminalidade, não sua diminuição. O Brasil se apresenta como um país imerso na ilegalidade, pois o próprio a alimenta.

**A deficiência do sistema prisional e seus fatores de influência**

Os estabelecimentos prisionais se encontram em estado deplorável no que tange a sua estrutura e disponibilidade de recursos, tanto não há vagas disponíveis para suprir a demanda de presos, como não há condições humanas sustentáveis para lá mantê-los; são uma série de fatores que, juntos, constituem as características da atual situação do sistema carcerário brasileiro.

No que se refere à superlotação dos estabelecimentos carcerários a sua causa está, como aponta Rogério Greco, relacionada a fatores como a inflação de causas no âmbito penal que poderiam ser tratadas na área civil ou administrativa, o uso indiscriminado da privação cautelar de liberdade e outras illegalidades cometidas contra inocentes, a permanência de presos além de sua pena estabelecida ou trocas de regimes, a dificuldade de pessoas carentes terem assistência jurídica de qualidade, além de questões de cunho econômico e de incidência da prática criminal:

Outro argumento que conduz à superlotação carcerária diz respeito à falta de verba para a construção de novos presídios, bem como ao número excessivo de infrações penais cometidas pela população em geral. Não fosse a corrupção praticada pelos detentores do poder, os desvios de verbas, aliados a um Direito Penal máximo, cujo simbolismo é reconhecido por todos, esse seria um problema a menos na lista de ocupações do Estado.²

A ineficiência do Estado em lidar com as verbas destinadas a esse setor, seja na construção de novos estabelecimentos ou melhoria dos já existentes, parece não ser tópico importante ou prioritário dos órgãos públicos, enquanto não há rebeliões e foco da mídia. Ainda que essa triste realidade seja de conhecimento da sociedade, esta prefere não enxergar e compartilhar da ideia de que a punição ao preso deve ser ampliada, além de tirar-lhe a liberdade deve submetê-lo à condições desumanas que – erroneamente – se equiparem ao crime cometido. Michel Foucault, em sua obra Vigiar e Punir, trata com precisão esse ideal:

No nível dos princípios, essa nova estratégia é facilmente formulada na teoria geral do contrato. Supõe-se que o cidadão tenha aceito de uma vez por todas, com as leis da sociedade, também aquela que poderá puni-lo. O criminoso aparece então como um ser juridicamente paradoxal. Ele rompeu o pacto, é portanto inimigo da sociedade inteira, mas participa da punição que se exerce sobre ele. [...].³

A quebra do contrato social representa uma afronta ainda maior do que o orgulho individual ferido. Quando uma vítima ou o seu familiar deseja isso ao infrator que lhe causou dor é uma atitude esperada, mas o simples fato de cometer um crime alude às normas que todos deveriam se submeter para a vida em harmonia e são quebradas por indivíduos com desrespeito; ao se pensar assim se esquece dos fatores que levam à prática do crime ou ainda às incorreências que o próprio aparelho punitivo aplica à sociedade “inocente”.

A superlotação de presídios acarreta outros problemas no ciclo carcerário, bem evidentes ao analisar instituições prisionais como as Cadeias Públicas e Centros de Detenção Provisória – elas não cumprem fielmente suas funções de cunho provisório enquanto mantêm presos em caráter permanente e nas mesmas condições precárias das penitenciárias, se não piores. Marcella Ferreira, em seu trabalho de conclusão de curso, bem coloca o problema dessas instituições:

Lamentavelmente, esses estabelecimentos vivem superlotados e às vezes ali os detentos estão em pior situação do que na penitenciária. Mas, de regra, deveria ser o contrário, já que a maioria delas é utilizada para o cumprimento de penas privativas de liberdade de curta e média duração, assim como para presos de baixa periculosidade.⁴

O despreparo dos funcionários também se configura como elemento importante para a deficiência prisional. Os agentes carcerários se apresentam com diferentes aspectos ligados à ilegalidade em sua prática, há os que agrem presos ou os submetem a tratamento vexatório, abusam de seu poder contra familiares dos condenados e desconhecem direitos inerentes aos mesmos. Eles são a representação do Estado no âmbito interno das instituições prisionais e a imagem que passam não é a melhor das possíveis. Rogério Greco ⁵

aponta outras consequências da irresponsabilidade dos agentes carcerários:

O que vemos é uma junção perigosa entre os condenados e os funcionários, criando uma rede de corrupção, e tudo passa a ser permitido no sistema. O ingresso de drogas, armas, uma venda de acomodações privilegiadas, o acesso a telefones celulares e, até mesmo, a saída indefinida de presos fazem parte desse despreparo dos funcionários, que se aproveitam da sua situação de superioridade para obter alguma vantagem com os detentos.8

Se essa é a realidade das penitenciárias brasileiras, as Delegacias Policiais apresentam outros problemas no tocante aos funcionários: sua escassez. Não há número suficiente de agentes no setor, enquanto que as funções de receber denúncias, realizar investigações e tratar casos de flagrante delito recebem a adição do encarceramento. É a transformação das Delegacias de Polícia em Cadeias Públicas — estas também apresentando incoerências semelhantes. Como observado em pesquisa realizada em Delegacia Policial do município do interior do estado da Bahia — Paripiranga, falta estrutura adequada ao cárcere mais prolongado, recursos médico-psicológicos e medicamentos farmacêuticos, sistema de visitas familiares, além da presença de presos condenados junto a outros custodiados, sem separação por crimes cometidos.

A real face das delegacias policiais interioranas: o caso de Paripiranga

As Delegacias de Polícia são unidades fixas para o atendimento ao público, investigações criminais, detenção temporária de suspeitos e presos em flagrante delito, em que há a presença de Delegado, Investigador e Escrivão em serviço. Com a pesquisa realizada por acadêmicos da instituição UniAGES, por meio de Projeto Integrador no semestre 2015-2, na delegacia de Paripiranga, constatou-se com precisão o que muito se vê nas demais delegacias do interior da Bahia: um abuso aos Direitos Fundamentais dos presos e às normas para o sistema penal brasileiro, em Lei de Execução Penal.

No que se refere aos funcionários do seguinte estabelecimento, deve-se apontar a sua escassez; não há número suficiente de agentes a serviço no local. Essa realidade é piorada quando se tem a necessidade de se realizar funções além das determinadas, como o encarceramento de presos não provisórios. Trechos do relatório comprovam tal prática:

Quando da realização da visita para a aplicação das entrevistas, observou-se que todos os presos estavam sob a custódia de um único servidor público. Tal servidor tem função precária o mister empreender a coleta de dados para a elucidação de crimes, e a custódia de presos em tal situação, aparenta ser um caso de desvio de função daquele agente público.9

O desvio de função do agente público pode ser apontado como razão para queixas que a sociedade tem quanto à prática policial, pois ele tira do funcionário o tempo e disposição que deveria ser empregada nos seus serviços primários de investigação ou ação em casos de flagrante delito para se tornar um agente carcerário.

As queixas ao sistema prisional não parte apenas do cidadão comum, mas vêm dos mais envolvidos na privação de liberdade também. Apesar de viverem em harmonia, presos e agentes públicos, há reclamações a serem feitas quanto a outros problemas encontrados no estabelecimento analisado. Não há Defensoria Pública na cidade de Paripiranga e os advogados escolhidos pelo juiz costumam rejeitar as causas dos custodiados do estabelecimento mencionado, configurando uma quebra da proteção jurídica ao carente em art. 5º, LXXIV da Constituição Federal de 19889 e em arts. 15 e 16 da Lei de Execução Penal10. Não se pode esquecer também de outro importante direito que parece nem existe na supracitada unidade: à saúde e atendimento médico. Os próprios funcionários corroboram com as acusações dos detentos:

Colheu-se dos presos algumas reclamações, principalmente referentes à falta de atendimento médico. Ao ser questionado sobre essa questão, o agente público informou que não pode deixar a delegacia sozinha para buscar um médico e que nem sempre tem médico de plantão na cidade. Um dos presos entrevistados relatou que quando o médico fica sabendo que o atendimento é para preso, normalmente não vai a unidade policial.11

As incoerências não param por aí, além da falta de assistência jurídica e médica, a estrutura das celas da Delegacia analisada só permite a acomodação de um único preso, mas geralmente, acomoda dois, além de não contar com espaço próprio às visitas íntimas. Não há celas separadas para a custódia de mulheres e fora “relatado também por um dos presos, que no momento da sua prisão, sua esposa também fora detida e estava alojada na mesma cela e espaço com outros presos do sexo masculino”12. Presos provisórios dividem o mesmo espaço com presos condenados e não há separação também no que tange à espécie do delito: detentos por infrações do âmbito civil junio aos do âmbito penal.

10Constituição Federal, art. 5º, LXXIV.
11Lei de Execuções Penais, arts. 15; 16.
Conclusão

O presente trabalho desenvolvido dentro da temática anteriormente abordada, apontando os problemas encontrados nas delegacias de polícia, suas causas e alternativas de solução, utilizou-se de obras que se relacionavam ao tema, além de artigo científico, monografia de conclusão de curso em Direito e pesquisa acadêmica como base do trabalho e para compor o desenvolvimento do mesmo.

Se constatou que o problema do sistema prisional é estrutural, no sentido que se insere num ciclo vicioso de erros e incoerências, afetando todas as suas manivelas – seus diferentes estabelecimentos. Problemas em Presídios causam problemas em Cadeias Públicas, que causam problemas em Delegacias de Polícia; sem mencionar a influência de erros dos próprios gestores do trabalho da serra penal.

A superlotação em estabelecimentos permanentes, por qualquer das razões já discutidas neste trabalho, provoca uma agregação de funções à Cadeia Pública, que deveria funcionar para a custódia de presos provisórios ou com pena de média duração e baixa periculosidade. Esta se desvirtua ao abrigo – em número assustador e em péssimas condições – desde os detentos a si destinados a presos permanentes fora do seu suposto perfil a seguir, já condenados.

As Delegacias de Polícia passam pelo mesmo desafio, agora devido à situação atual das Cadeias Públicas; é um perigo maior para a sociedade enquanto as funções primordiais dos agentes públicos – que não estão em grande número nos estabelecimentos interioranos – de lidar com flagrantes delitos e realizar investigações têm de competir com a responsabilidade de preservar a custódia de detentos que não podem ser enviados às Cadeias por falta de vaga.

Percebe-se com clareza uma realidade oposta à pregada como coerente para os estabelecimentos privativos de liberdade defendidos pelas Regras Mínimas para Tratamento de Prisioneiros da ONU – Organização das Nações Unidas, Constituição Federal de 1988, Código de Processo Penal e Lei de Execução Penal Brasileira. Um reflexo sombrio de muitas outras unidades do interior da Bahia e demais estados brasileiros. Pois os problemas não se restringem somente à superlotação, mas a uma série de outras deficiências estruturais e de recursos que ferem direitos essenciais do preso.

A ausência de assistência jurídica e médica é uma afronta sem tamanho a esses direitos, ferindo o princípio da dignidade da pessoa humana no sistema penal. Tirar a liberdade de um indivíduo já se constitui como ofensa a um direito fundamental, ampliar sua pena – objetiva ou subjetivamente, pelo Estado e sociedade – é se equiparar a quem comete o crime, pois reverencia a ilegalidade e injustiça.

Conclui-se que há a necessidade urgente de uma reforma do sistema prisional, de caráter imediato no que se refere às instituições privativas de liberdade, para suprir a demanda de forma menos desumana – com a construção de novas unidades e ampliação de antigas – e no que afeta o sistema prisional como um todo, desde suas raízes socioculturais e políticas, à estrutura das penas e sua aplicação.